

# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 305, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o  
Ofício nº S/57, de 2015, de iniciativa  
de Líderes Partidários, que *submete à*  
apreciação do Senado a indicação *do Sr.*  
*LEONARDO HENRIQUE DE*  
*CAVALCANTE CARVALHO, para*  
*recondução ao cargo de Conselheiro*  
*Nacional do Ministério Público - CNMP,*  
*na forma do art. 130-A, inciso VI, da*  
*Constituição Federal.*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 17 de junho de 2015, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S” nº 57, de 2015, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso VI da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2015.

Senador JOSÉ MARANHÃO, PRESIDENTE

Senador RANDOLFE RODRIGUES, RELATOR



## Senado Federal

### Relatório de Registro de Presença CCJ, 17/06/2015 às 10h - 13ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ		6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPPLY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE



Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 17/06/2015 às 10h - 13ª, Ordinária**

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

# RELATÓRIO

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se da indicação por parte de Líderes Partidários com assento no Senado Federal, do nome do Senhor Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho ao cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em recondução.

O documento se encontra subscrito pelos líderes de diversos partidos políticos, tanto situacionistas quanto opositores, tais como o PMDB, Democratas, o PSD, o PP, o PT, o PSDB, o PDT, o PR, o PSB e o PSOL. O mesmo é acompanhado do currículo do indicado, o qual a seguir é resumido.

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho é bacharel em direito, graduado no ano de 1999 na Universidade de Fortaleza, UNIFOR. Tem especialização em Direito Processual Civil pela mesma Universidade, concluído no ano de 2002. Atualmente cursa o Mestrado em “Direito e Gestão de Conflitos”, pela mesma instituição de ensino.

O indicado é autor de artigos e ensaios jurídicos, publicados em jornais e revistas especializadas, especialmente no campo do direito eleitoral. E, entre os trabalhos técnicos de sua lavra, destaco o “Manual do

Candidato – Eleições de 2008”, editado quando desse processo eleitoral além do texto “Eleições 2004”, renovado quando das eleições de 2006.

Entre as comendas e condecorações recebidas, seu currículo destaca a Medalha de Honra da Inconfidência, que lhe foi concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais neste ano de 2015. E ocupa o cargo de suplente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB.

Na condição de advogado militante, participou de inúmeros eventos técnicos especializados, como congressos, seminários e conferências, dentre os quais destacamos o XI Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, em atuação do CNMP; o IV Congresso de Ciência Política e Direito Eleitoral do Piauí; o II Congresso Cearense de Direito Administrativo e o II Congresso Ibero Americano de Direito Tributário. E participou, como organizador, do Congresso sobre a Lei de Ficha Limpa, realizado em 2012,

Leonardo Henrique Carvalho é Presidente do Instituto Norte-Nordeste de Direito Eleitoral, e Consultor Jurídico de Partidos Políticos. Tem atuação destacada nesse campo e, atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), indicado pelo Senado Federal. No CNMP, é presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência.

O currículo do indicado é acompanhado das declarações exigidas na Resolução nº 7, de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do CNMP e do Conselho Nacional de Justiça, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha direta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal.

Nesses mesmos termos, declara não ter sido objeto de qualquer sanção, de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra a sua pessoa.

E, por fim, declara não ser membro do Congresso Nacional, de órgão do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município, e que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro desses Poderes.

Do mesmo modo informa a sua situação de regularidade quanto ao Fisco, nos planos federal, estadual e municipal, conforme as certidões que anexa. E indica as ações judiciais de que participa na condição de autor.

Declara ter parentes que exercem a advocacia, como o seu genitor, Sabino Henrique Elpídio de Carvalho, e informa não participar ou ter participado, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Declara os órgãos do Poder Judiciário perante os quais exerceu advocacia, nos últimos cinco anos, tais como o Tribunal de Justiça do Ceará e o Supremo Tribunal Federal, e faz juntar as certidões respectivas.

O indicado faz juntar aos autos as certidões negativas exigidas regimentalmente, tais como a de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União; de débitos estaduais, e de débitos de tributos municipais.

Nesse mesmo passo, constam do processado as certidões emitidas pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará quanto ao processo em que figura como autor; assim como a certidão de que nada consta contra si junto à Justiça Estadual do Ceará, quanto a ações criminais, execuções penais ou auditoria militar. Certidão semelhante se encontra nos autos quanto à Justiça Federal, seja em primeiro grau ou junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Finalmente, Leonardo Henrique de Carvalho encaminhou a esta Comissão texto mediante o qual, em obediência ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a argumentação “objetivando a demonstração de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade”.

Além das informações sobre seu currículo acima descritas, informa as atividades de que participou como membro do CNMP, como 426 (quatrocentos e vinte e seis) procedimentos julgados em plenário, inclusive resoluções, notas técnicas, controle de atos administrativos e financeiros das unidades do Ministério Público, bem como procedimentos disciplinares em face de membros do Ministério Público.

E destaca inspeções da Corregedoria Nacional do Ministério Público nos estados de Tocantins, Rondônia, Pernambuco, Goiás e Maranhão, assim como sua atividade na condição de integrante da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Julga-se, assim, em condições técnicas, profissionais, intelectuais e morais de exercer o cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, órgão que, conforme entende, “possui papel relevantíssimo no âmbito do Ministério Público Brasileiro, seja como instância disciplinar e de controle administrativo, seja como indutor e regulamentador de políticas de gestão”.

Em face de todo o exposto, entendo que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de informações suficientes e se encontra em condições de votar a indicação do Senhor Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em recondução.

Sala da Comissão,

Senador José Maranhão, Presidente

Senador Randolfe Rodrigues, Relator